

humanitas

Vol. I - Vol. II

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HVMANITAS

VOL. L • TOMO II
MCMXCVIII

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA
DO DOUTOR JOSÉ GERALDES FREIRE



O CATHECISMO PEQUENO
DE D. DIOGO ORTIZ VILHEGAS

FRANCISCO DA SILVA CRISTÓVÃO

D. Diogo Ortiz de Vilhegas nasceu, por volta de 1454, em Calçadilha, perto de Lerena, no Reino de Leão, filho de D. Afonso Ortiz de Vilhegas de quem descendem os Marqueses de Vilar, em Castela-a-Nova, e de D. Maria da Silva donde procedem os Marqueses de Montemor, em Espanha. Dada a sua naturalidade foi conhecido por “Calçadilha” em Portugal. É, por vezes, confundido com um seu sobrinho, do mesmo nome e também bispo¹. Foi sempre homem benquistado da corte portuguesa e um dos mais lídimos representantes da alta nobreza castelhana ao serviço dos nossos monarcas, ocupando cargos cimeiros muito sensíveis com exemplar fidelidade. Conheceu os nossos reis D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e D. João III. Chegou a Portugal em

¹ D. Diogo Vilhegas, sobrinho, nasceu talvez em Portugal, cerca de 1480. O seu pai, Fernão Ortiz de Vilhegas, irmão de D. Diogo, veio também em 1476, na comitiva da “Excelente Senhora”. Estudou teologia em Paris. Regressou antes de 1515 e teve funções importantes na corte. Foi Deão da Capela do Príncipe, Prior de S. Salvador de Infesta, Mestre dos Infantes D. Luís e D. Fernando, Bispo de S. Jorge da Mina, do Conselho Régio, Bispo de S. Tomé (1534-1540) e de Ceuta (1540-1544) e possuiu as Comendas do Mosteiro de S. João de Tarouca e do de Cárquere. Consta da carta régia de 20-V-1532 “ser pessoa de muita virtude e bondade e ter mui boas letras na Sagrada Teologia”. Segundo Silva Dias “o seu zelo pastoral não ia, porém, ao ponto de alguma vez trocar a assistência na Corte, onde os interesses pessoais e as actividades políticas o prendiam, pelo solo ardente das suas dioceses e o cuidado das suas bárbaras ovelhas. Mas correspondendo à tendência dos bispos influídos pelo movimento da Restauração católica, outorgou à Diocese de S. Tomé, em data incerta (mas aparentemente tardia), as primeiras constituições diocesanas do Ultramar”. O mesmo autor considera-o um “peso morto conservador”. J. S. Silva Dias, *A Política Cultural de D. João III*, vol. I, Coimbra, 1969, pp. 71-73). Faleceu a 4-VII-1544 e foi sepultado na igreja da Trindade, em Lisboa. (Visconde de Paiva Manso, *História Eclesiástica Ultramarina*, tomo I, Lisboa, 1872, pp.47-49).

1476, após a batalha de Toro, na comitiva de D. Joana, a “Excelente Senhora”, talvez por sua família ser partidária desta infeliz princesa e rainha sem reino, mas desconhece-se como é que de confessor de D. Joana passou para a confiança de D. João II². Aparece o seu nome registado, em officio público, pela primeira vez, cerca de 1483, como pertencente à junta que examinou e recusou o pedido de Colombo feito a D. João II, para ir descobrir a ilha de Cipango. El-Rei deu pouco crédito a Colombo e “mandou que estivesse com D. Diogo Ortiz bispo de Ceuta e com mestre Rodrigo e mestre Josefe, a quem cometia estas cousas da cosmografia e seus descobrimentos”³. A 7 de Maio de 1487 despachou D. João II, em Santarém, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, para descobrirem as terras do Preste João e a Índia, recebendo instruções dos cosmógrafos da Corte, de entre os quais estava o “licenciado Calçadilha”⁴. No baptismo do príncipe negro Benoim, realizado na câmara da Rainha D. Leonor, em Setúbal, em 1488⁵, oficiou de pontifical o bispo de Ceuta, D. Justo Baldino, italiano, assistido pelo cosmógrafo de El-Rei, D. Diogo Ortiz⁶. Acerca da sua nomeação para bispo e posse do priorado dos Cónegos de S. Vicente informa-nos D. Nicolau de Santa Maria: “Foi D. Diogo Ortiz muito estimado del Rei D. João II por sua muita virtude e grandes letras, porque era pregador famoso, e havido por teólogo consumado vagando o priorado do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa que é da Câmara Real dos Reis deste Reino, por falecimento do Prior D. Nuno de Aguiar, primeiro Bispo de Tangere, correndo o ano do Senhor de 1491. Os cónegos de S. Vicente lhe não quizeram dar posse do priorado sem ele primeiro tomar o seu hábito e fazer nele profissão, conforme a um breve do Papa Paulo II, no ano de 1465, e no segundo do seu Pontificado, em

² D. Joana, que nasceu em 1462, era filha da Infanta D. Joana de Portugal, filha do nosso rei D. Duarte, casada com Henrique IV de Castela. Foi vítima de muitas ambições. Apelidada depreciativamente de Beltraneja, em Castela, e aqui, de “Excelente Senhora”, foi rainha sem trono, casada e donzela, pois ainda se contratou o seu casamento com D. Afonso V que, num documento de 1480, a chama “muito preçada e amada sobrinha”. Os acontecimentos levaram-na à vida monástica com o hábito de Santa Clara. Assim esteve nos mosteiros de Santarém, Évora e Coimbra. Faleceu em Lisboa no paço da Alcáçova em 1530. (Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, II, Coimbra, 1923, pp. 117, 119, 129, 130, 132, a 134, com bibliografia)

³ João de Barros, *Década I*, l. III, cap. XI, cit. in F. Almeida, *id.*, *ib.*, p. 177; Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1981, vol. III, p. 856; Damião Peres, *História dos Descobrimientos Portugueses*, Porto, 1992, p. 256.

⁴ J. Cortesão, *id.*, p. 853.

⁵ Rui de Pina, *Crónica d El-rei D. João II*, Lisboa, 1892, cap. 32.

⁶ García de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, p. 116.

que manda”⁷. D. Diogo benzeu solenemente, em 1492, o convento das religiosas clarissas, em Setúbal. Também nesse ano fechou o hospital para pobres, sustentado pelo Mosteiro de S. Vicente, e transferiu as suas rendas para a enfermaria dos cónegos. Parece que teria sido levado à extinção porque, por essa altura, fundou D. João II o hospital de Todos os Santos, no Rossio. No domingo, 8 de Março de 1500, antes da partida de Pedro Álvares Cabral, rumo ao Oriente, e de que resultou o descobrimento do Brasil, foi D. Manuel I ouvir missa com toda a corte, a Nossa Senhora de Belém, no Restelo, “na qual missa houve sermão, que fez Dom Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, que depois foi de Viseu, todo fundado sobre o argumento desta empresa”, conforme narra João de Barros, incentivando não só os participantes, mas também os presentes, à viagem⁸. Pronunciou, em 1505, a oração de acção de graças, na igreja de S. Domingos, em Lisboa, a que assistiu El-Rei e a corte, pelas vitórias retumbantes de Duarte Pacheco Pereira na defesa do passo de Cambalão e da cidade de Cochim. Segundo Fr. Luís de Sousa, D. Manuel I nomeou-o mestre do príncipe, o futuro D. João III: “Tratou el-rei de o aplicar aos estudos de gramática e latinidade e dar-lhe pessoas autorizadas pera mestres. Foram, na gramática, Diogo Ortiz de Vilhegas, famoso letrado e pregador, castelhano de nação e muito nobre, que com outro irmão viera a este reino acompanhando a princesa D. Isabel e ficaram ambos nele; o Diogo Ortiz foi depois bispo de Tângere e, andando tempo, de Viseu, e o irmão, que se chamava Fernão de Vilhegas, que fez casa e morgado e casou com D. Maria Távora, filha de João Teles de Távora; e dele descendem os Távoras Ortizes de Portugal”⁹. Em 1505 foi transferido do bispado de Ceuta para o de Viseu, embora continuasse a ser homem de corte. Mas deve ter passado largos tempos nesta cidade onde fez diversos melhoramentos, entre os quais a construção da abóbada manuelina da Sé, em granito¹⁰. Como homem de confiança de D. João II e seu confessor

⁷ cit. in Alexandre de Lucena e Vale, *O Bispo de Viseu D. Diogo Ortiz Vilhegas. O Cosmógrafo de D. João II*, Gaia, 1934, p. 81.

⁸ João de Barros, *Década I*, liv. V, cap. I; Damião de Góis, *Crónica de El-Rei D. Manuel*, cit. in Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, I, Porto, 1967, p. 432.

⁹ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisboa, 1951, II, p. 10. Indo contra a afirmação de Fr. Luís de Sousa, diz Alberto Feio que D. Diogo nunca foi mestre de D. João III, mas o seu sobrinho do mesmo nome. A. Feio, *Os Mestres dos Filhos de D. Manuel*, in revista “Minia”, nº. 1, pp. 48-53.

¹⁰ Num fecho de abóbada com as armas de D. Diogo assinala-se: “Esta see mandou abobedar o muito magnífico Senhor D. Diogo Ortiz, Bispo desta Cidade e do Conselho dos Reis, e se acabou en a era do Senhor de 1513”. As dúvidas levantadas por alguns autores sobre a data da conclusão da abóbada derivam da leitura incorrecta desta inscrição.

acompanhou o monarca na doença e na morte. Nota, impressivamente, Garcia de Resende, testemunha ocular do falecimento de D. João II, ocorrido em Alvor, que El-Rei “pressentindo o fim como príncipe prudente, e muyto devoto, e bom cristam, pelos fisicos, e pessoas principaes que com elle erão, o quis saber, e ser da verdade desenganado” (...) “e depois de todos praticarem, e terem por muy certo a morte del Rey, escolheram pera lhe darem o triste e mortal desengano o Bispo de Tangere dom Diogo Ortiz, e o Prior do Crato dom Diogo Dalmeyda”. (...) “E estando el Rey tirando (falando) com muyta pena, o Bispo de Tangere lhe lembrava alto muytas cousas santas, e muyto necessarias em tal tempo, antre as quaes tocou algûas da Biblia” (...) “E estando assi veyolhe hum muyto grande acidente antes de lhe sair a alma, que o traspassou, e cuydando todos que era finado, o Bispo de Tangere lhe fechou os olhos, e a boca, e elle o sentio, e tornou assi, e disse: Bispo ainda não vem a hora”. Foi ele e o Prior do Crato que, após a morte, “abrindo a boeta com esta boa intenção de bons criados, acharão nella hum confessionario, e hûas disciprinas, e hum aspero cilicio”¹¹, pormenor revelador da ascese quase desconhecida do “Príncipe Perfeito”. Levaram o corpo de D. João II, de Alvor para a Sé de Silves, onde ficou sepultado. Em 1499 foi trasladado para o Mosteiro da Batalha. À chegada dos restos mortais ao Mosteiro proferiu D. Diogo o elogio fúnebre do monarca que considerou como santo¹². Viveu D. Diogo, em Portugal, sua pátria adoptiva, de 1476 até à morte ocorrida em 1519, em Almeirim, onde os monarcas e a corte, naquela altura, costumavam passar temporadas. Foi sepultado no convento de Santa Maria da Serra da Ordem de S. Domingos, tendo sido bispo de Tânger (1491-1500), Ceuta (1500-1504) e Viseu (1505-1519), cosmógrafo, orador, confidente de reis, participante em actos nacionais de primeiro plano, um dos raros espanhóis que serviram os nossos monarcas com influência activa na grande gesta ultramarina que foram os Descobrimentos.

D. Diogo compôs uma obra sobre a *Paixão de Jesus Cristo Nosso Deus e Senhor assim como a escreveram os quatro Evangelistas* que, na versão latina, se intitulou *Historia passionis Domini Jesu, ex quatuor in unum* e publicada postumamente, em 1542, por seu sobrinho D. Diogo. Nesta obra revela grande conhecimento da Bíblia, dos Santos Padres e da língua hebraica. Inocência

¹¹ G. de Resende, *Crónica...*, pp. 280-288.

¹² G. Resende, *id.*, pp.294-295.

Silva não descobriu nenhum exemplar e duvida se foi escrita originariamente em latim e depois traduzida para português¹³.

Ao dissertar sobre “O Pai Nosso na Literatura Portuguesa até Gil Vicente”, Mário Martins refere-se a D. Diogo afirmando que “do seu papel na política dos descobrimentos muito se falou. Mas bem pouco do seu “Catecismo Pequeno”¹⁴. É um facto tal asserção, embora este livro fosse mais do que suficiente para colocar D. Diogo num lugar de relevo entre os autores de catecismos do séc. XVI. A *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado não cita a obra de D. Diogo, talvez por este bispo ser estrangeiro de origem, conquanto fosse apreciado na sua época como excelente orador e mestre de gramática, e o seu catecismo ficasse redigido em português correcto. Não conhecemos, porém os seus sermões escritos¹⁵.

Cronologicamente falando o catecismo de D. Diogo é o primeiro catecismo desenvolvido na nossa língua, conhecido com data certa, e impresso em Portugal. Mas anterior ao “Catecismo Pequeno” existem algumas páginas de um catecismo elementar, isto é, uma “Cartinha” ou “Cartilha” truncada, na Biblioteca Nacional de Lisboa (*Res. 5567P.*) que se julga dos finais do séc. XV ou princípios do séc. XVI, talvez de 1502. Contém apenas algumas fórmulas e é ilustrado com singelas gravuras¹⁶.

Não parece identificar-se o “Catecismo Pequeno” de D. Diogo com outra obra sua mencionada no alvará de 17 de Maio de 1539 que refere: “e assy as Cartinhas por onde se emsynão os menynos que fez o bpõ de viseu dom diego ortiz que deus aja”¹⁷. O vigário de Malaca P. Afonso Martins escrevendo a El-Rei e ao referir-se ao trabalho com os meninos afirmava: “estes todos ou a maior parte deles tenho ensynados ho Pater Noster, a Ave

¹³ F. Almeida, *História da Igreja em Portugal*, I, p. 414; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1858-1923, II, pp.168-169; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, I, Coimbra, 1960, p. 506.

¹⁴ Mário Martins, *O Pai Nosso na Literatura Portuguesa até Gil Vicente*, in “Didaskalia”, vol. VI, fasc. 2, Lisboa, 1976, p. 254.

¹⁵ Inocêncio Silva, *id.*, II, pp.168-169; F. Almeida, H. I. P., I, p. 431.

¹⁶ Isabel Vilares Cepeda, *Uma “Cartinha” em lingua portuguesa desconhecida dos bibliógrafos*, in “Colóquio sobre o Livro Antigo, Lisboa, 1998; Actas”, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992; *Id.*, *Ainda a propósito da Cartinha de 1502*, in “Didaskalia”, vol. XXV, fascs. 1 e 2, Lisboa, 1995, pp. 257-265.

¹⁷ cit. in António Brásio, *Política do Espírito no Ultramar Português*, in “Portugal em África”, segunda série, Ano VI, 1949, p. 24.

Maria, Credo in Deum, Sallve Regina, e ajudar a missa, e agora andam cada huum com sua cartilha de Calçadilha”¹⁸. Todavia não é o “Catecismo Pequeno” que os meninos andavam a estudar, mas mais provavelmente a obra referida no alvará real, já que o “Catecismo Pequeno” não é um compêndio elementar, mas um tratado bastante profundo. Estas e outras “cartilhas” são obras diferentes que se destinavam à aprendizagem da leitura e às primeiras noções de catequese e que constam, geralmente, de duas partes, uma com o alfabeto e junção de letras, e a outra com os elementos de doutrina cristã. A leitura aprendia-se com a catequese. O “Catecismo Pequeno” tem outra finalidade. Não traz a parte relativa ao ensino das letras, mas trata exclusivamente da doutrina. Além disso é um livro de grande formato, muito volumoso para ser manuseado por crianças e, certamente de elevado preço para ser distribuído em grandes quantidades. Das várias “Cartinhas” do séc. XVI que nos restam talvez algumas possam ser de D. Diogo, contudo não temos provas suficientes para lhes atribuir a autoria.

No frontispício do livro de D. Diogo e, ao meio da página, vem o título escrito em elegantes caracteres góticos: *Cathecismo Pequeno da doutrina e instruçam que os xpaños ham-de creer e obrar pera conseguir a benaumenturança eterna feito e copilado pollo reuerendissimo señor dom Dioguo ortiz bispo de çepta. Emprimido com priuilegio del Rey nosso senhor etc.* Sobressai em grandes letras a palavra *Cathecismo*. Ao centro e ao alto, por cima do título, uma esfera armilar mostra os signos zodiacais inscritos na eclíptica. Centradas e em baixo, as armas episcopais de D. Diogo Ortiz. No verso desta página vê-se uma estampa, de traçado caligráfico, com um mestre sentado em espaçosa cadeira de espaldar sob um docel, vestido com indumentária doutoral. Tem um livro aberto sobre uma estante e vários outros artisticamente desalinados à sua frente, nomeadamente um numa mesa sobre a qual se ostentam instrumentos de escritório. Um cão rói um osso junto aos pés do mestre. Ao cimo, um anjo esvoaça sustendo uma filacteria ondulante com a perícopa inscrita: “Omnes sitiētes venite ad aquas. Ysaye. IV”. Tudo, segundo o gosto medieval, de desenho gótico. Trata-se de um quadro com finalidade decorativa. É semelhante a outras gravuras da época e de proveniência francesa, não sendo, portanto, o retrato de D. Diogo

¹⁸ Carta de Malaca de 27-XI-1532, in António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*. Lisboa, 1949, II, p. 225.

como alguns autores pensaram¹⁹. A feitura material da obra é, no conjunto, representativa da perfeição tipográfica daquele tempo, com belos caracteres góticos, e várias iniciais ornamentadas através dos fólhos, no último dos quais nos informa que o Catecismo foi *emprimido em a muy noble çidade de Lixboa per Ualentí fernâdez alemã e Johã pedro boõhomini de cremona aos XX dias de Julho. Era de mill e quinhêtos e quatro annos.*

O Catecismo Pequeno inicia-se com um curto prefácio, em latim, recheado de erudição e expressão castigada, dedicado a D. Manuel I, onde o autor justifica a divisão do conteúdo em cinquenta capítulos, número simbólico influenciado pela Bíblia.

A obra consta de duas partes: “creer e obrar”. Fundamenta esta distribuição da matéria com vários argumentos colhidos no Novo Testamento e no símbolo Quiquunque vult. A primeira parte tem dez capítulos e vai até ao fólho 18. Nela disserta sobre as virtudes teológicas, os conhecimentos necessários para a salvação, Credo, Pater Noster, Ave Maria e Salve Regina. A segunda é mais desenvolvida, com quarenta capítulos, sobre assuntos predominantemente do foro moral. Começa no fólho 19 e termina no fólho 78.

Abre a primeira parte da obra com o seguinte título: “Cathecismo doctrinal e breue instruyçam do que os xpaãos ham de creer e obrar pera conseguir a bemaumentança eternal”. Segue uma pedagogia bem definida que considera apta para o ensino de principiantes e elabora o método baseado na experiência escolar infantil: “e porque he doctrina pera ensynar os ignorâtes procederemos como quem ensyna leer ou escreuer menjnos por breues chaãs palpauées e craros principios següdo a capacidade daquelles pera cujo proueito se escreue conformandonos cõ a doctrina apostolica”. Na verdade não vai buscar estes princípios à pedagogia profana nem tão pouco a Sto. Agostinho, o clássico da metodologia catequética, como se poderia esperar, pois o cita várias vezes ao longo da obra. Esta metodologia radica, em última análise, na autoridade bíblica. Apoia-se em S. Pedro e S. Paulo que também deram o primeiro alimento da

¹⁹ O problema iconográfico desta estampa pode ver-se discutido em Mário da Costa Roque, *Dois Pseudo-Retratos de D. Manuel I e de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, II- Considerações Bibliográficas*, in “Arqueologia e História”, 8.ª série de publicações, vol. VII, Lisboa, 1956; Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira de Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, 3ª volume, N-Z, Lisboa, 1950, pp. 101-102, superado depois in, Id., ib., Suplemento, Lisboa, 1954, pp. 277-279; José V. de Pina Martins, *Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento (Imagem e Livro) Iconografia do Livro Impresso em Portugal no Tempo de Durer*, Lisboa, 1972, pp. 49, 72, 91, 92.

doutrina aos principiantes como se amamentam crianças e não com manjar duro (I Ped., II, 2; ICor., 1-2; Hebr., V, 12-14), para depois convidar à leitura de um tratado de maior fôlego, a quem deseje aprofundar os assuntos tocados perfunctoriamente neste Catecismo Pequeno: “e se alguê quiser mantijmento de baram leea ho cathecismo moor que desta mesma materia escreuemos”. Ao terminar a primeira parte do “Cathecismo Pequeno” recorda novamente o seu “Cathecismo Moor”: “e aqui se acaba a primeira parte deste breue tratado. E quê quiser mais extêsamête veer as cousas aqui tocadas recorra ao tactado moor que desta mesma materia ecreuemos”. Justifica a brevidade com que trata os assuntos no “Cathecismo Pequeno” “porque he doutrina de rudos”. Deixa alguns assuntos mais especificos por tratar: “outras sotijs cõsiderações dos misterios de xpo pertencem mais e menos a cada huê segûdo seu estado officio e dignidade”. Nada conhecemos deste catecismo mais desenvolvido, nem sequer se chegou a ser impresso.

Começa o catecismo a dissertar sobre o fim último que é Deus, indicado pela luz da razão, confirmada pelos três “doões sobrenaturaes” que são as três virtudes teologais. “Estas tres virtudes e todallas outras nos da deos juntamête em huê instante”. Embora algumas virtudes possam preceder a fé por acidente “podemos affirmar cõ verdade que sem a fee e antes da fee nõ ha virtude verdadeira”. A luz da fé é a suprema garantia das nossas certezas. D. Diogo trata largamente desta virtude através de vários fólhos e, numa das acepções da fé afirma: “creer em deos he creendo amar a deos hyr pera elle e seer encorporado em seus membros per fee charidade. Nem cuydes que peca ou mjnte ho que estaa fora da charidade quando diz: creoo em Deos porque falla em pessoa da ygreja que he sancta e sempre esta em caridade”. Quem define o sentido dos conteúdos da fé, bem como da Bíblia é a Igreja: “a fee da vniuersal ygreja que errar nõ pode, nem agora nem em o tẽpo antijgo. Ca posto que alguûs errassem, sempre ha e houve outros que teuessem a fee verdadeyra cõ os quaes se cõformam a fee dos simprizes com agora os xpaõs dizemos: creoo o que cree a sancta madre ygreja”. “O corpo da ygreja cuja cabeça he xpo a qual encorporaçam nõ se pode fazer se nõ per fee” é composto pelos fiéis. É não só realidade visível mas também mística. Deus faz-nos seus filhos e por isso “nos todos irmãos per criaçã e vnidos em caridade orando em pessoa da ygreja dizemos: padre nosso”. Sobre a evolução da doutrina exprime-se deste modo sintético: “cõrudiremos cõ hos doctores que os artijgos da fe crescerom per sucessom dos tempos quanto a explicaçom e nõ quanto aa substãcia”. Acredita que os autores do Credo ou Símbolo foram os Apóstolos. Especifica

três símbolos: o dos Apóstolos que é o Credo pequeno, o dos Padres ou de Niceia que é o maior, e o Quiquique vult atribuído a Sto. Atanásio. Quanto ao símbolo dos Apóstolos, seguindo alguns doutores, divide-o em doze artigos, segundo o número dos Apóstolos, e em catorze, segundo as cousas que havemos de creer. “Como nestas sentenças e artigos cõsista a nossa fe nõ se pode breuemête decrarar”. E, de facto, D. Diogo além da exposição do Credo assim dividido, não lhe faz comentário algum, mas difere-o para outro “tractado” mais extenso da sua autoria. Ao Pai Nosso, Avé Maria e Salve Rainha dedica uma “breue exposiçã “. Quanto ao Pai Nosso “esta oraçõ he mais exçellête que todas”, acentuando o aspecto impetratório. Na Avé Maria “deuotissima saudaçã som postas sete singulares excellencias da gloriosa virgê e a petiçã do pecador e a cõcrusam”. Avultam as considerações laudatórias e apresenta doutrinas ainda não definidas pelo Magistério, no seu tempo. Maria “foe per singular priuilegio perseruada da maldiçã do pecado original e seu corpo sem seer tornado çinza esta cõ sua alma em paraiso”. A exposição da Salve Rainha patenteia grande devoção a Nossa Senhora assente numa mariologia bem documentada.

Depois de ter falado, na primeira parte do Catecismo, da “fee que o xpaão deue pera ser saluo”, trata, na segunda parte, “das obras que o xpaão ha de fazer pera cõseguir e percalçar este fim que nos faz beêauenturados, as quaaes som as obras virtuosas guardãdo os mãdamêtos. E per cõseguinte diremos as cousas de que ha de fugir que som os pecados, e poeremos os remedios pera se alleuãtar quando cayr que sã os sacramêtos”. Toda esta matéria compreende quarenta capítulos. No primeiro “tracta como a guarda dos mãdamêtos he necessaria e abasta para hir ao paraiso e a diferêça de mãdamêtos affirmatiuos e negatiuos”. O segundo é sobre a lei natural e o terceiro acerca dos mandamentos da caridade. No quarto fala “dos dez mandamêtos em geeral”. A seguir dedica um capítulo a cada um dos mandamentos do decálogo e mais seis capítulos às virtudes. Do capítulo XXI ao XXIV trata dos sete dons do Espírito Santo, obras da misericórdia, esmola, potências da alma e cinco sentidos. Do capítulo XXV ao XXXIV disserta sobre os vários pecados, distribuindo sete capítulos por cada um dos sete pecados mortais. No capítulo XXV declara os vícios e pecados contrários às virtudes e, no seguinte apresenta os “remedios cõtra o pecado que sã os sacramêtos”. Os últimos quatro capítulos dizem respeito à confissão.

Como se pode inferir pela distribuição dos capítulos, há matérias privilegiadas quanto à extensão do tratamento, subordinadas naturalmente às preocupações coevas. De assuntos tão vastos continuaremos a assinalar apenas

umas escassas observações. Não há verdadeira fé sem obras: “o paraíso se ha de dar soomête aos que em bõas obras trabalharê, e as bõas obras são determinadas per ley em os mãdamêtos”. Mais: “se spera polla graça e merecimêtos, ca sperar sem merecimêtos mais se pode dizer presunçã que sperãça”, afirmação contundente, mas anterior à tese de Lutero sobre a justificação pela fé.

Desenvolve toda a catequese em torno do mandamento do amor que considera “doctrina natural ensinada per xpo”. “Este mandamêto determina todollos outros”. O conhecimento do bem e do mal, do que é lícito e ilícito, dimana não só dos dados revelados mas também da lei natural porque “quando deus nos da seer natural humano planta jûtamêto em a razã pratica huû principio natural geeeralissimo de que procedê todallas cõcrusões praticas que som enderêçadas a obra” e que é: “deuemos escolher o beê e fugir ho mal”. Cristo especificou-o: “todallas cousas que queriades que os homêns uos fizessem, aquellas lhes fazee. Esta he a ley e os prophetas”. Para a nossa salvação Jesus Cristo, além da fé que nos incorpora nEle e dos sacramentos “a nenhũa cousa nos obrigou saluo aos mãdamêtos da ley natural” e, destes “escolheu huû que todos cõprehêde”.

Reconhecida a simplicidade da formulação da economia salvífica evangélica, D. Diogo aplica difusamente os casos dela decorrentes. Desce aos casos particulares concretos. As leis justas ,vg., obrigam em consciência: “todollos decretos dos sanctos padres, leis îperiaaes dos reys, das comunidades e custumes, se sã justos e boõs nõ som outra cousa se nõ determinaçoões destes dous mandamentos”. Embora recomende, nos dias santos, práticas piedosas, diz que “nom leemos outra sanctificação mandada pella ygreja se nã ouuir missa”. Na missa “abasta estar presente, nã se occupando em cousas que toruê a elle ou a outros”. A vida familiar perspectiva-se numa visão patriarcal. Os deveres dos pais resumem-se em “mãtimêto, doctrina, castigo, bõ exêplo”. No respeitante ao quinto mandamento fala de uma causa de morte infantil bastante frequente no “antigo regime”: “os padres que per negligencia matã os filhos na cama”. Sobre o adultério estabelece algumas distinções entre o do homem e o da mulher: “a mulher adultera comete tres pecados, sc., sacrilegio, traição e furto”(…) “Ho marido tambem peca grãdemente porque he mais forte e se leixa vêcer, he cabeça e perde sua actoridade”, mas nota que “sam iguaaes”, seguindo Sto. Agostinho que aqui não cita. Acredita no limbo para os “mininos” e santos padres. Disserta num longo capítulo sobre a esmola cuja emergência e múltiplos aspectos interpelam o cristão: “difícil cousa he determinar que ordê

se deue teer em fazer esmola polla diuersidade das necessidades e a variedade das pessoas e obrigações”. E ao estabelecer várias prioridades expõe uma deste modo: “se o proue steuer ê grãde neçessidade posto que nã seja extrema, antes lhe faras esmola que aa ygreja, a qual vendeu os calizes e ornamêtos pera redêpã de catiuos e socorro dos proues. E regularmête milhor he fazer beê ao proue que dar aa ygreja”.

A ideia de castigo imanente ao pecado, mesmo nesta vida, é bastante lembrada. Além das penas espirituais “aas vezes pollo pecado mortal eres punido em hos beês têporaes, riquezas, hõrra, fama, poder e senhorio e ê hos beês naturaes, sc., filhos, parêtes, infirmidades e muytos desastres. Fuge pecador e sae fora do peccado que tãtos males te causa”. A moral e execução dos actos são vistas não só pelos princípios, mas também pelas consequências, por vezes, questões de simples conveniência ou cortesia. Acerca da mentira apresenta os seguintes efeitos: “Faz quatro males ao mentiroso. Ho primeiro faz que seja semelhauel ao diaboo que he mentiroso e padre da mêtira. Faz lhe perder os amiguos e companheiros, porque perde ho credito, mata a fama, porque a pena do mentiroso he que nom seja crijdo quando verdade disser. Mata a alma, porque a boca que mente mata a alma”. Aconselha também meios para o fiel evitar o pecado, como, por exemplo, a fuga das ocasiões, a frequência dos sacramentos, a oração, etc.

Concebe os sacramentos como “remedio nã soo preseruatiuo, mais tâbê sanatiuo pera dar saude e meezinha aos homeês pera nã pecar, e se pecarê pera sarar”. Dá grande relevo à excelência da Eucaristia sobre os outros sacramentos e aconselha a frequência da sua recepção. A Eucaristia é “mãtimento” e “encorpora nos em o corpo mistico de xpo”. Sobre a ordem reflecte, certamente tendo presente o condicionalismo e críticas frequentemente justas dos fiéis naqueles difíceis tempos: “muytas perfeções e cõdições de sciência e costumes se requerê em o que ha de ser ordenado, sem as quaes quê recebe e quê da as ordês peca mortalmête. Nõ deue olhar o xpaão ao mao viuer dos sacerdotes, mas olhe a xpo de quê os sacramêtos recebem efficacia e virtude”. O sacramento da penitência é estudado ampla e pormenorizadamente. Na sequência do espírito dos “Confessionários” e “Espelhos de Consciência”, a listagem de pecados devidamente catalogados, disseminada por toda a obra, vai até ao ínfimo pormenor, aparecendo como grande preocupação o conhecimento exacto e objectivo do pecado. À grandeza do pecado corresponde uma taxa penitencial devidamente proporcinada. O confessor deve ter “boa vida, sciência, silêcio, prudencia”. Quanto à ciência é bastante comedido: “nõ dizemos que seja

obrigado aas sotijs disputações dos pecados e virtudes, cõtractos e restituções e casos que trazê consiguio difficultade”(...) “Ho cõfessor deue saber os artijgos da fe, os mandamentos, as obras de misericordia, as virtudes e seus cõtrairos, os sete pecados mortaes, os pecados veniaes. E quando os pecadores pecã mortal ou venialmête, leyxãdo as altas speculações, saibã duuidar e pregûtar aos letrados e aos prelados os casos duuidosos”. Considera de grande responsabilidade a função de confessor: “Perijgosa cousa he ser cõfessor. O preguador pregua somête ho que leua studado e ao cõfessor occorrê casos nõ cuydados a que ha de dar remedio pera que he mester muyta prudência e nõ pouca sciencia”. Dá minuciosos conselhos aos confessores, alicerçados sobretudo numa grande prudência e sentido pastoral, o que parece ser fruto de bom conhecimento, que D. Diogo como pastor e teólogo, tem da formação intelectual do clero e do estado moral do seu rebanho.

Nos alvares do séc. XVI, por altura em que aparece o “Cathecismo Pequeno”, são já muitos os propósitos e realizações para atalhar os males que afligiam a cristandade. Um dos meios para remediar o estado de cousas é a catequese. O começo e difusão de catecismos dentro da Igreja Católica vinha já de longa data quando Lutero e, em geral, os protestantes se envolveram no seu incremento, não tendo fundamentação histórica a crença ainda bastante publicitada de que o aparecimento dos catecismos teve prioridade protestante. Ainda não existia a imprensa e já corriam catecismos manuscritos, tábuas e outros meios de difusão da doutrina cristã. Com o advento da imprensa multiplicaram-se abundantemente. Todavia poucas “cartilhas” ou “cartinhas” chegaram aos nossos dias porque tinham manuseamento frequente e, assim, se deterioravam facilmente e, como eram consideradas como literatura menor, não encontravam lugar assegurado nas bibliotecas. Nos prolegómenos do Concílio de Trento existiu, em toda a Península Ibérica, um intenso movimento de reforma em que o ensino da catequese teve capital importância. É dentro deste clima de necessidade de instrução cristã e de combate à ignorância religiosa que se insere o “Cathecismo Pequeno” de D. Diogo.

O “Cathecismo Pequeno” de D. Diogo Ortiz é um resumo desenvolvido de um tratado de teologia e não uma simples iniciação à doutrina cristã. As principais fórmulas da doutrina aparecem disseminadas no meio da exposição quase como pertencentes ao próprio texto o que não encaminha para a elementar e imediata aprendizagem. Não pertence ao modelo “pergunta-resposta” mas enuncia a doutrina de modo expositivo. Segue o método escolástico. Emprega, ordinariamente, a dedução, partindo de princípios gerais para depois concluir.

Seguindo a praxe escolástica ordena os capítulos com a declaração das noções, o estado da questão, opiniões sobre o tema se as há, apresentação das provas, conclusões, importância da doutrina. Não é que venham expressos estes momentos do método ou sempre pela mesma ordem, mas percebem-se latentes no texto. Por vezes traça a génese histórica de algumas fórmulas. A arrumação da matéria é lógica, mas não psicológica. A argumentação especulativa abunda e completa-se com numerosas citações da Bíblia, Santos Padres e Teólogos, sem faltarem os filósofos clássicos. Agostinho, Ambrósio, Jerónimo, Atanásio, Gregório, Cipriano, João Boaventura, Escoto, Tomás de Aquino, Ricardo de Mediavilla, Platão, Aristóteles, conquanto alguns sejam adversários, aliam-se equilibradamente segundo as finalidades do autor. Sendo assim é um compêndio erudito e profundo, rico em doutrina devidamente fundamentada, com constantes referências às fontes utilizadas. Serve-se amiudadamente de definições, em que em poucas palavras se fica a conhecer o essencial da doutrina, bem como da catalogação dos assuntos em compartimentos distintos, o que indica o caminho para facilitar a aprendizagem memorística. Nesta linha, faz resumos e enunciados para anunciar que depois irá desenvolver o tema noutro contexto. Repete: "como dito he", "como êçima foy deccrarado" e outras chamadas semelhantes. Tem muita preocupação com a linguagem: "diremos mais chaãmente" e elogia o latim, língua modelo para textos didácticos como foi uso durante muitos séculos: "isto em latim se diz mais craro e por mais poucas palauras". Procura exemplificar a teoria com comparações tiradas da vida e dos objectos correntes. A aprendizagem não é, todavia, somente dirigida à memória pois a doutrina é travejada com argumentos da razão e das autoridades reputadas. Uma leitura atenta da obra leva-nos a concluir que teologia especulativa e positiva se irmanam. Por isso, quanto a este catecismo, não nos parecem pertinentes as muitas críticas que alguns humanistas teciam à teologia do tempo, pois em D. Diogo temos um bom exemplo da utilização correcta do método teológico escolástico. É certo, porém, que, algumas vezes, recorre a muitas distinções, enumerações, exposição de doutrinas controversas e "sotijjs" argumentos, o que sobrecarrega a simplicidade que deve ter um catecismo na exposição da doutrina, mas isto está longe de ofuscar a qualidade do texto na globalidade. Se os princípios pedagógicos invocados por D. Diogo, logo nos primeiros fólhos do catecismo, fundamentados na experiência do tempo, nos autores credenciados e, mais que isso, na pedagogia divina expressa no exemplo de Jesus Cristo e nas palavras da Bíblia, são judiciosos, não nos parece ser sempre completamente manifesta a sua aplicação nesta obra. A

elaboração do texto não mostra, por vezes, a evidência de tão “breues chaões e palpauées e craros principios”, nem tão pouco o articulado doutrinal, para serem assimilados por principiantes ou “rudos” a quem esta doutrina é endereçada, ao longo de 78 densos fólhos com grande carga de erudição escriturística e patristica, argumentação teológica e filosófica, quantioso vocabulário técnico e adução de doutrina disputada entre os teólogos. Destinatários óbvios parecem ser os clérigos ou catequistas e cristãos com alguma preparação anterior. De facto o autor desenvolve mais os assuntos, com abundante casuística e particularidades, com vista principalmente à informação de confessores do que ao simples fiel. Afirma ao tratar do sacramento da ordem: “huû pouco stêdemos este sacramento por amor dos eclesiasticos nossos jrmãos”, o que aponta para a instrução do clero. Aliás os clérigos tinham aqui um compêndio, em que, com alguma brevidade e arrumação de assuntos, podiam estudar os principios de doutrina a ensinar ao povo. Nesta obra é escasso o lugar dedicado à liturgia, tocada apenas ao de leve. Emergem mais visivelmente os aspectos morais e rubricistas. Possivelmente o facto de não conhecermos mais do que uma edição deste catecismo se deva à terminologia especializada, secura de expressão da linguagem teológica e abundância demasiada de noções de diminuto interesse prático. Porém uma obra egrégia como é o “Cathecismo Pequeno” de D. Diogo merecia um destino bem mais prolongado e conhecido. Seria acto meritório para a cultura nacional a publicação, por exemplo em fac-simile, deste cimélio altamente significativo da literatura portuguesa didáctico-religiosa dos começos do séc. XVI.